

Reordenamento administrativo garante economia de R\$ 30 milhões por ano

por Lívio Galeno

Preocupado com uma gestão de qualidade e objetiva, o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Governo, encaminhou para a Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) uma proposta de reordenamento administrativo da máquina pública. Ao ser aprovado, o projeto garantirá aos cofres públicos uma economia anual de R\$ 30 milhões.

Segundo a secretaria, todos os ajustes foram pensados para garantir melhorias na prestação dos serviços. A meta é fazer uma administração que faça muito mais pelo povo, gastando menos recursos e com qualidade.

Para tal, serão adotadas três medidas

primordiais a primeira diz respeito à redução da estrutura administrativa, diminuindo as unidades gestoras; a segunda eliminará a superposição de funções; e por fim o Governo do Piauí assume posição mais rigorosa e transparente no controle da gestão.

A proposta inclui a extinção de órgãos. Lotepi, Agrespi, Coordenadoria de Relações Internacionais e Piemtur (que terão suas atividades realizadas por uma diretoria a ser criada dentro da estrutura organizacional da Secretaria do Turismo) deixarão de existir oficialmente.

O governo garante que todas as políticas

públicas das coordenadorias e órgãos extintos serão mantidas e aprimoradas. Esse trabalho ou agregados, terão maior capilaridade pelo Estado e, assim, poderá atender um número maior de piauienses.

A Emgerpi perderá o poder de construir obras e voltará a ser gestora do passivo das estatais anteriormente extintas. O Instituto Superior de Ensino Atonino Freire (Iseaf) será transformado em Faculdade de Educação da Uespi, contando com melhor estrutura para atender o público-alvo.

No setor de assistencialismo social as modificações serão as seguintes: a Coordenadoria de Direitos

Humanos e da Juventude e a Coordenadoria de Segurança Alimentar (Fome Zero) serão integradas à Sasc.

Com relação à assistência rural, as Coordenadorias do Semiárido e do Crédito Fundiário serão agregadas à SDR. A Coordenadoria de Combate à Pobreza Rural (CCPR) perde a autonomia e as atividades serão realizadas por unidade técnica do Emater.

Finalizando as propostas, a Comissão de Controle das Licitações (CCEL) perde autonomia e volta a integrar a Secretaria da Administração. A reforma propõe, ainda, a criação da Coordenadoria da Juventude.

Garantia Safra prorroga prazo para pagamento de taxa de adesão

por Francisco Leal

Os agricultores inscritos no Garantia Safra 2010/2011 têm até o próximo dia 15 para efetuarem o pagamento da taxa de adesão ao programa, no valor de R\$ 6,40. Sem a taxa, a pessoa perde o direito a indenização por perda de safra.

O prazo para pagamento da taxa de adesão venceu dia 30 de novembro, mas o Governo do Estado resolveu prorrogar o prazo para que o programa possa atender o maior número de pessoas possível.

A coordenação do programa informa que para a safra 2010/2011 estão inscritos 150 municípios, sendo 24 a mais que no ano passado. O Seguro Garantia Safra cobre os prejuízos na lavoura provocados pela seca ou por excesso de chuvas.

Este ano, o governo está pagando o seguro a 68 mil agricultores em 126 municípios piauienses que aderiram ao programa na safra 2009/2010 e que perderam suas lavouras por conta da seca. Foram disponibilizados R\$ 40,8 milhões. Cada

trabalhador tem direito a uma indenização no valor R\$ 600, paga em quatro parcelas de R\$ 150. O dinheiro pode ser sacado com o Cartão Cidadão, nas agências da Caixa Econômica Federal, postos do Caixa Aqui e agências lotéricas.

O Garantia Safra é um benefício destinado a agricultores que tenham renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e cultivem sem irrigação uma área mínima de 0,6 hectares e máxima de dez hectares de arroz, feijão, milho, mandioca ou algodão.

O seguro é pago aos agricultores que aderiram ao programa e que possuem suas plantações em municípios onde foram comprovadas perdas de no mínimo 50% da produção na lavoura, em razão da estiagem ou excesso de chuvas. No Piauí, a safra 2009-2010 foi afetada pela ocorrência de seca conforme informações do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), fato comprovado também pelas vistorias feitas por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PI) nos municípios que informaram ocorrência de perda.